

Senhor Primeiro Ministro e Chefe do Governo, Excelência,

Venerando Juiz Conselheiro, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Tribunal Constitucional, Excelência,

Venerando Juiz Conselheiro, Presidente do Tribunal de Contas, Excelência,

Senhor Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul,

Distintos Membros do Governo, Excelências,

Meritíssima Juíza Presidente, do Tribunal da Primeira Instância,

Excelentíssima Senhora Secretária Executiva, da CPLP,

Ilustres Membros do Corpo Diplomático e das Organizações Internacionais,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Regional,

Distinta Senhora Presidente e Distintos Senhores Presidentes das Câmaras Distritais,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Auditoria do BCSTP,

Ilustres membros do Conselho de Administração do BCSTP,

Ilustres membros do Conselho de Administração, Comissão Executiva e Direcção Geral das Instituições Financeiras,

Demais Entidades Cívicas, Religiosas e Militares e todo protocolo observado,

Caros Colaboradores do BCSTP,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Permitam-me, neste momento de celebração, que comece por saudar, em meu nome e no do Conselho de Administração do BCSTP, a vossa presença nesta cerimónia.

Ao usar da palavra nesta ocasião, quero agradecer, de forma primorosa, a S.E o Senhor Primeiro Ministro e Chefe do Governo por ter aceite o convite para presidir este acto.

Apraz-me dar as boas vindas às distintas individualidades presentes nesta solenidade que marca o ponto alto das festividades alusivas ao 25.º aniversário de institucionalização do Banco Central de S. Tomé e Príncipe.

Gostaria de cumprimentar particularmente a Dra. Maria do Carmo Silveira, Secretária Executiva da CPLP, que se disponibilizou a participar nesse evento, o que muito nos honra.

Aproveito igualmente o ensejo para expressar o nosso profundo reconhecimento a todos os parceiros nacionais e estrangeiros, bilaterais e multilaterais, cuja colaboração tem contribuído para o cumprimento exitoso da nossa missão de Banco Central da República Democrática de S. Tomé e Príncipe.

As minhas palavras de apreço são extensivas, de forma especial, às instituições financeiras que operam no País, cuja valiosa parceria reconhecemos na implementação das políticas que perseguem objectivos sublimes de estabilidade macroeconómica com positivo impacto social em termos de bancarização e desenvolvimento inclusivo do sistema financeiro.

Ao fazer uso da prerrogativa que se me oferece nesta ocasião, carregada de simbolismo para o Banco Central e para o País, gostaria de tecer algumas considerações em torno dos vinte e cinco anos da nossa Instituição, repletos de desafios e de grandes conquistas.

Como dizia o grande poeta castelhano António Machado “*o caminho faz-se caminhando*”.

Ao longo da sua existência, o BCSTP tem trilhado o caminho da salvaguarda da estabilidade macroeconómica, condição necessária ao normal funcionamento da economia e indispensável à concretização dos objectivos de crescimento económico, sem nunca descorar as suas obrigações, pesem embora alguns constrangimentos registados neste percurso.

O esforço de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe, a vários títulos reconhecido, incorpora, em boa medida, a contribuição do Banco Central, no quadro da estabilidade da Dobra e do sistema financeiro nacional, nas suas vestes de supervisor do sector financeiro e, mais recentemente, enquanto entidade de resolução de instituições bancárias.

Enquanto autoridade monetária e cambial, o BCSTP tem participado na busca incessante de soluções para debelar as inconsistências dos regimes cambiais em relação ao contexto económico do País.

Com efeito, nos últimos sete anos a política monetária tem sido orientada para a salvaguarda da credibilidade do regime de câmbio fixo entre a Dobra e o Euro, assegurando, assim, a estabilidade cambial do país, com ganhos visíveis, tanto em matéria de convergência nominal, como de estabilidade da moeda nacional.

A inflação continua a sua tendência para mínimos históricos, sugerindo uma clara vantagem comparativa no contexto regional. Contudo, trata-se de um activo que pode ser consolidado e maximizado, com a mudança de paradigma para uma economia vocacionada para a produção interna e a exportação, em prol da melhoria do ambiente de negócios.

O Banco Central continuará empenhado no seu principal objectivo, que é o de assegurar uma inflação baixa e estável, pois acreditamos ser esta a via através da qual nos tornamos mais competitivos na atracção de novos investimentos, para além de permitir preservar o poder de compra das famílias com menores rendimentos, contribuindo, assim, para o combate à pobreza.

Em face dos constrangimentos que continuam a adiar a concretização da diversificação da economia no sentido do aumento da capacidade exportadora, e tendo presente que ainda não alcançamos a auto-suficiência económica, um dos desafios do Banco Central enquanto autoridade monetária e cambial, prende-se com a manutenção das reservas internacionais em níveis compatíveis com o regime cambial em vigor.

Atentos à necessidade de reforçar a adequação de perfis às funções exercidas e, deste modo, fomentar a participação do Banco no esforço de desenvolvimento do país, foram introduzidas consideráveis alterações à estrutura operacional e de gestão, desenvolvidas competências, ampliados os instrumentos de análise e aprimorados os recursos humanos da nossa Instituição.

Vinte e cinco anos volvidos, é deveras notório o crescimento do sector financeiro santomense, é visível a expansão de serviços e produtos financeiros, e indiscutível a evolução registada pelos sistemas de pagamentos nacionais e demais indicadores de abrangência do sector.

Porém, importa reconhecer que subsiste ainda um longo caminho a percorrer, sobretudo em matéria de convergência do sector com os *standards* internacionais, expectando que o progresso registado no sistema financeiro nacional faça maior diferença na vida de cada santomense.

A dinâmica da actividade económica, pressuposto incontornável à manutenção da estabilidade macroeconómica, depende, também e em grande medida, do nível de confiança, credibilidade e perenidade da moeda nacional, indubitavelmente um dos símbolos da soberania do nosso País.

A Dobra foi adoptada através da conjugação dos Decretos-Lei 23/76, 50/76 27/77 e 28/77. Desde então, precisamente há quarenta anos, a nossa moeda tem-nos acompanhado enquanto instrumento de troca, meio de pagamento e de reserva de valor, pelo que se torna necessário assegurar a sua estabilidade.

A Dobra tem sido, nos últimos 25 anos, uma das principais variáveis utilizadas pelo Banco Central no processo de identificação de um quadro sólido para o bom funcionamento da economia. Assim, a mesma foi alvo de alguns ajustes que visaram assegurar o necessário equilíbrio entre o seu valor facial, as denominações e a evolução da economia.

A actual família da DOBRA encontra-se em circulação há mais de duas décadas. Este facto acarreta elevados riscos para o País, fruto do desajuste do valor facial das notas à realidade económica e do aumento considerável de casos de contrafacção.

A evolução dos principais indicadores macroeconómicos nos últimos anos aponta para a estabilidade económica e a convergência nominal, consubstanciadas na adopção da paridade cambial entre a Dobra e o Euro e no crescimento da actividade económica.

Hoje, pelos pressupostos acima referidos, a reforma monetária impõe-se. Nesse sentido, aproveitamos esta data comemorativa para proceder ao lançamento oficial da Reforma Monetária 2018, sob o lema *Dobra mais forte e mais segura*, assinalando assim uma nova era da Dobra.

A nova família da Dobra comporta seis denominações em notas e cinco em moedas, observa a supressão de três zeros, sem que seja alterado o poder de compra de cada santomense; ela contempla uma nota de maior valor facial (200 dobras) para facilitar a dinâmica da actividade económica; ela é mais forte e resiliente à contrafacção porque incorpora padrões de segurança compatíveis com os *standards* definidos na indústria; e, por último, ela considera um novo substrato, o polímero, para as notas de maior circulação junto do público e sujeitas a maior desgaste: as de nDb5,00 e nDb10,00.

O processo desta Reforma Monetária obedecerá a todos os critérios imprescindíveis a um projecto desta envergadura, cuja transversalidade é inegável.

Assim, aproveito o ensejo para convidar a todos, sem qualquer excepção, a participar activamente nesse processo, que concorre para a materialização de um novo paradigma para a economia nacional.

Na sequência do que acabo de expor, parece-me evidente que os desafios que se colocam ao BCSTP atestam a capacidade e a resiliência do seu Conselho de Administração e dos seus colaboradores em geral.

O quadro prevaiente continua a ser de grandes batalhas para a nossa Instituição e a busca de soluções para as mesmas desafia-nos a estar atentos às novas dinâmicas dos mercados.

S. Tomé e Príncipe, à semelhança do que se tem assistido nas mais diversas paragens, adoptou, em 2016, um Plano de Desenvolvimento do Sector Financeiro, que despoletou um conjunto de reformas estruturais do Sistema Financeiro Nacional, com o objectivo de acelerar a convergência deste sector aos padrões internacionais.

Reconhecemos que a implementação bem sucedida dos objectivos fixados neste valioso instrumento dependerá, primordialmente, do comprometimento de todos os intervenientes, directos e indirectos, no sistema financeiro e no seu bom funcionamento.

O Banco Central, hoje como no passado, encontra-se engajado na consolidação do sistema financeiro e fortemente comprometido em colocar o sector verdadeiramente ao serviço da economia nacional.

Para tanto, abraçamos uma agenda estratégica que combina, entre outros, o desempenho pleno e efectivo das funções de autoridade monetária e cambial, a modernização e robustez do sistema financeiro, a literacia e inclusão financeira, e a comunicação com o exterior.

Nesse contexto, prosseguiremos com as reformas do quadro legal e regulamentar e reforçaremos os instrumentos de análise da natureza das actividades prosseguidas pelas instituições supervisionadas e aprimoraremos os métodos de identificação, avaliação e gestão dos diferentes tipos de risco associados ao exercício da actividade financeira.

No nosso entendimento, a busca da excelência no que toca aos padrões de trabalho de supervisão pressupõe que o processo de modernização seja mesmo acelerado, visando fortalecer o sistema financeiro no que concerne à gestão de riscos e resolução de crises bancárias.

Nessa perspectiva, urge aperfeiçoar os instrumentos de vigilância dos indicadores de solidez e de estabilidade do sistema financeiro, evitando a ocorrência de eventos que possam, no futuro, afectar a saúde do sector, a confiança dos agentes económicos e, por conseguinte, salvaguardar a economia de eventuais perdas.

A curto prazo, aperfeiçoaremos os instrumentos de aferição da qualidade das informações coletadas junto do sistema financeiro, visando robustecer as variáveis de escrutínio público à nossa actuação e implementaremos uma Nova Central de Risco de Crédito.

Proseguiremos com a reforma dos sistemas de pagamentos de modo a garantir as condições infra-estruturais necessárias à modernização, diversificação e expansão da oferta de serviços e produtos financeiros, com particular ênfase para a internacionalização da rede de pagamentos.

Aprovaremos, o quão rápido possível, um diploma que estabeleça os mecanismos de protecção, quer dos fundos recebidos dos clientes em troca da moeda electrónica emitida pelas instituições autorizadas, quer de outros serviços financeiros electrónicos.

Com um olhar sob o domínio interno, reconhecemos ser incontornável continuar a fortalecer os procedimentos que harmonizem, entre outros, a eficiência, a competência, a integridade e a responsabilização, em prol de objectivos colectivos. Nesse âmbito, particular ênfase será dada à adopção de instrumentos que garantam adequados níveis de gestão de risco operacional e a conformidade dos processos internos aos padrões exigidos aos bancos centrais modernos.

O Banco Central está convicto da importância da inclusão financeira na melhoria das condições de vida da população. Assim, e em cumprimento do plasmado no Plano de Desenvolvimento do Sector Financeiro, concebemos, a breve trecho, a elaboração da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira.

Acreditamos que a expansão do sector financeiro deve basear-se em soluções que não ponham em causa quer a sustentabilidade das instituições, quer a razoabilidade dos preços dos produtos e serviços financeiros, tirando partido das vantagens das novas tecnologias de informação e comunicação, o que instamos as instituições financeiras a prosseguir no desenvolvimento das suas atividades.

Continuaremos a adoptar políticas que facilitem a relação do Banco com o público, assentes na transparência, oportunidade e credibilidade.

Nestes termos, pugnaremos por uma instituição merecedora da confiança do público, do respeito das outras entidades e cumpridora dos mais elevados padrões exigidos aos bancos centrais de hoje.

Finalmente, reconhecemos que o sucesso da nossa actuação reside no reforço da articulação entre a política orçamental e a política monetária e cambial, requisito fundamental para a credibilidade e a confiança dos agentes económicos e demais parceiros de desenvolvimento.

Como dizia Madre Tereza de Calcutá, hoje Santa *“por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”*.

Acredito que o trabalho realizado ao longo dos vinte e cinco anos do BCSTP, por mulheres e homens que têm dado o seu melhor com vista à edificação e fortalecimento desta instituição, traduz a importância da gota.

O Banco Central será o que nós preconizamos com o comprometimento de todos. A grandiosidade da tarefa é compaginável com o compromisso que cada um, no seu posto, deverá assumir para a concretização do que foi largamente idealizado.

Não gostaria de desperdiçar esta ímpar ocasião para agradecer o Governo por toda a disponibilidade dispensada à nossa actividade e pela constante solidariedade e apoio nos momentos em que, no âmbito das nossas competências legais, somos chamados a adoptar medidas enérgicas e de visibilidade para controlar choques e reequilibrar os desajustes daí resultantes.

Ao terminar, renovo um tributo especial a todos os que conosco colaboraram e colaboram, partilhando o seu saber e a sua experiência, num intercâmbio que se afigura saudável para o fortalecimento da nossa querida Instituição.

O apelidado pai da Administração, Peter Drucker, dizia *“A única coisa que sabemos sobre o futuro é que ele será diferente”*.

E com isto, tenho a honra de apresentar o novo logotipo do Banco Central de S. Tomé e Príncipe.

Bem-Haja a Todos.